



[Trabalho 166]
APRESENTAÇÃO ORAL

LETÍCIA PALUDO VARGAS; VICENTE CELESTINO PIRES SILVEIRA; CLÁUDIO ROCHA DE MIRANDA; ROSANI MARIA SPANEVELLO; AISSARA GABRIELLE SUZIN. UFSM, SANTA MARIA - RS - BRASIL; EMBRAPA SUÍNOS E AVES, CONCÓRDIA - SC - BRASIL; UFSM-CESNOR, PALMEIRA DAS MISSÕES - RS - BRASIL;

**Avaliação das propriedades da Região da AMAUC /Consórcio Lambari
signatárias do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura**

**Evaluation of Farms from AMAUC Region/Consórcio Lambari joined
Swine production Adjustment Conduct Term**

Grupo de Pesquisa: Agropecuária, Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Resumo: Esta pesquisa visa avaliar os resultados das recomendações propostas e realizadas nas propriedades suínolas signatárias do Termo de Ajustamento de conduta (TAC). Os dados foram coletados em setembro de 2010, através de um questionário aplicado a 56 produtores, nos municípios de Ouro, Lacerdópolis e de todos que compõem a região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC). Os resultados estão centrados na análise da averbação da reserva legal, recomposição da mata ciliar, destino dos dejetos na propriedade e as perspectivas dos suinocultores em relação à produção futura. Percebe-se que o TAC auxiliou os produtores no processo de adequação de suas propriedades, através dos melhores prazos que favorece aos mesmos para a adequação à legislação. Além disso, percebe-se que os suinocultores estão conscientizados a respeito das melhorias a serem feitas na propriedade para a adequação à referida legislação.

Palavras-chave: produção de suínos, meio ambiente, dejetos, TAC.

Abstract: This research aims to evaluate the consequences of the agreement made by swine farmers throughout the Adjustment Conduct Term (TAC). In September 2010, 56 farmers of the Ouro community (Lacerdópolis) were interviewed, as well as all Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) members. The results analyze legal reserve registration, the restoration of water-bordering vegetation, destination of farm waste and pig farmer projection in relation to future production. The TAC helped farmers in the process of adapting farms to the legislation throughout the period. Hence,



pig farmers are aware about the improvements to be made on the farms in order to fit legislation.

Key Words: swine production, environment, waste, TAC.

1. INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina, de acordo com a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS, 2009), estão instaladas 45 mil indústrias, empregando cerca de 360 mil pessoas. Este estado apresenta os maiores índices de produtividade, graças à capacidade de trabalho do agricultor, ao emprego de tecnologias e ao caráter familiar de mais de 90% das propriedades. Juntamente com essa eficiência produtiva, estão agregados danos ambientais expressivos que podem afetar os recursos naturais e até mesmo a qualidade de vida dos produtores. Cada suíno gera dejetos (em carga poluente) aos de 3,5 pessoas (LINDNER, 1999). Portanto, o estado possui um potencial de poluição, causada somente pelos suínos, equivalente a uma população de 18,5 milhões de pessoas.

Somente na região Oeste estima-se que suinocultura produza diariamente cerca de 30 mil m³ de dejetos que, quando não adequadamente reciclados ou tratados, tornam-se fontes potenciais de poluição das águas superficiais por compostos nitrogenados, fósforo, bactérias e/ou vírus e outros nutrientes. Além disso, aplicações excessivas de dejetos no solo podem ser prejudiciais por provocarem a acumulação de nutrientes no solo (SEGANFREDO, 1999).

Para os agricultores familiares desta região, a produção de suínos é uma atividade importante devido à agregação de valor aos grãos produzidos na propriedade, permitindo uma ocupação mais intensa da mão-de-obra familiar e um fluxo de recursos mais estável para as famílias. A capacidade que a suinocultura proporciona, de produzir grande quantidade de proteína em reduzido espaço físico, associada à tradição das famílias colonizadoras da região em produzir grãos, permitiu uma combinação perfeita para os agricultores familiares que trabalhavam em pequenos módulos de terra. Assim, a associação agricultura-suinocultura foi a força propulsora do desenvolvimento econômico e social da região, que se consolidou efetivamente, na década de 1970, com a implantação do sistema integrado de produção que vinculava de forma decisiva produtores e agroindústrias (GUIVANT; MIRANDA, 1999).

A partir dessas constatações, percebe-se que a partir da grande escala de produção, também há grande comprometimento dos recursos naturais, portanto, a sociedade tem adotado algumas medidas para fazer frente ao problema, basicamente apoiadas em medidas de regulação ambiental: exigência do licenciamento ambiental das granjas suinícolas e incentivos à adoção de medidas tecnológicas que proporcionem o armazenamento dos dejetos para sua posterior utilização como fertilizante agrícola. Portanto, foi implementado na região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) o Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura (TAC).

O Termo de Ajustamento de Conduta da suinocultura é um instrumento que o Ministério Público, em conjunto com outras instituições, criou para viabilizar o licenciamento ambiental da produção de suínos na região da AMAUC. Os motivos que originaram a formalização do TAC foram a constatação de que aproximadamente 90% das



explorações suínolas estavam em desconformidade com algum parâmetro estabelecido na legislação ambiental vigente (EMBRAPA SUÍNOS E AVES, 2003).

De acordo com o Comitê Regional da Suinocultura (2009), a formulação do TAC se deve às inúmeras denúncias que chegavam até os órgãos ambientais sobre a poluição causada pelos dejetos da suinocultura, especialmente pela existência de granjas de suínos construídas fora dos padrões exigidos pela legislação ambiental. Para tentar resolver esta problemática, o Ministério Público propôs uma alternativa para minimizar os impactos ambientais da suinocultura. Esta é a prerrogativa que dá a fundamentação para a construção do TAC: estabelecer responsabilidades a cada um dos elaboradores do termo e buscar soluções para o problema ambiental. Neste caso, os principais atores envolvidos são os órgãos ambientais, as agroindústrias e os produtores.

Após a implantação do TAC e posterior adesão dos produtores rurais da região ao termo, muitas foram as dificuldades em relação às condições dos mesmos em seguir na atividade da suinocultura, em razão da descapitalização e das próprias condições da propriedade.

Em vista disso, este trabalho visa avaliar os resultados das recomendações propostas e realizadas nas propriedades suínolas signatárias do TAC, na visão dos suinocultores. Portanto, foi estudado os efeitos do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura (TAC) da região da AMAUC/Consórcio Lambari sobre a produção de suínos da região Oeste Catarinense.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi realizada com produtores que participam do TAC. A pesquisa foi realizada em setembro de 2010 com uma amostra de 56 produtores, em 19 municípios da região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) e dois municípios de outra região (Ouro e Lacerdópolis). Os dados foram coletados através de um questionário aplicado aos produtores, por representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Suínos e Aves, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS). Além do questionário aplicado, foram anotadas observações pelos entrevistadores a respeito das propriedades.

Optou-se por uma amostra estratificada de modo que se respeitassem dois grandes critérios, em comum acordo com os Membros do Comitê Regional da Suinocultura: 1) todos os dezenove municípios fossem representados; 2) que os suinocultores fossem divididos em categorias de acordo com o tipo de empresas com os quais eles possuíam relação comercial. Assim foram definidas as três categorias representativas: a) Agroindústrias; b) Cooperativas; c) Mini-integradoras e independentes.

É importante ressaltar que as informações contidas neste artigo são declaratórias, ou seja, baseadas em informações dadas pelos produtores no momento da entrevista, não sendo o objetivo verificar a autenticidade das mesmas.

3. ANÁLISE DOS DADOS

A média de suínos por propriedade foi de 1.011 animais, sendo que a área das propriedades não passou de 21 ha, onde cerca de 15 ha são utilizados para a aplicação dos



dejetos. Os suinocultores tinham em média 50 anos e as instalações da propriedade tinham aproximadamente 17 anos. A maioria dos produtores da região trabalha na forma de suinocultor integrado, uma pequena parcela é produtor independente.

As possibilidades de atenuar a problemática dos dejetos, segundo Guivant (1998), são a formulação de medidas que atinjam as causas da poluição em combinação com políticas agrícolas que estimulem a diversificação produtiva e garantam a sobrevivência da produção familiar diversificada, visando um desenvolvimento sustentável e envolvendo os diversos atores chaves na região. No entanto, este não é processo simples.

A seguir, apresenta-se um quadro com o número de suinocultores dos dezenove municípios signatários do TAC da Região da AMAUC/Consórcio Lambari (Quadro 1).

Quadro 1. Produtores Signatários do TAC e destino da produção

Municípios	Agroindústrias	Mini-integradoras e independentes	Cooperativas	Total
A.B.Vista	5	1	3	9
Arabutã	27	4	9	40
Arvoredo	0	8	4	12
Concórdia	110	52	48	210
Ipira	1	1	5	7
Ipumirim	28	17	13	58
Irani	18	1	16	35
Ita	29	3	8	40
Jaborá	28	5	13	46
Lacerdópolis	1	7	11	19
Lindóia do Sul	43	16	30	89
Ouro	2	0	9	11
Paial	1	0	2	3
Peritiba	10	2	7	19
Piratuba	0	0	2	2
P.C.Branco	21	31	15	67
Seara	45	44	38	127
Xavantina	17	93	26	136
Total	386	285	259	930
Amostragem	Agroindústrias	Mini-integradoras e Independentes	Cooperativas	
	18	23	15	56

Fonte: dados da pesquisa

Com base no roteiro de entrevistas aplicado aos suinocultores, foram obtidas diferentes respostas dos produtores em relação às obrigações firmadas pelos mesmos no



Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura. A seguir, serão apresentados os resultados a partir das respostas dos 56 entrevistados.

a) Averbação da reserva legal

Uma das questões mais importantes do TAC, e que deve ser cumprida pelos suinocultores, é a averbação da área de reserva legal em suas propriedades. Os dados a respeito da averbação da reserva legal nos diferentes regimes de produção são mostrados no gráfico 1. As respostas válidas dos foram, respectivamente, para as três categorias representativas: a) Agroindústrias; b) Cooperativas; c) Mini-integradoras e independentes, 95%, 89,55% e 100%, ou seja, nem todos os produtores responderam a este item.

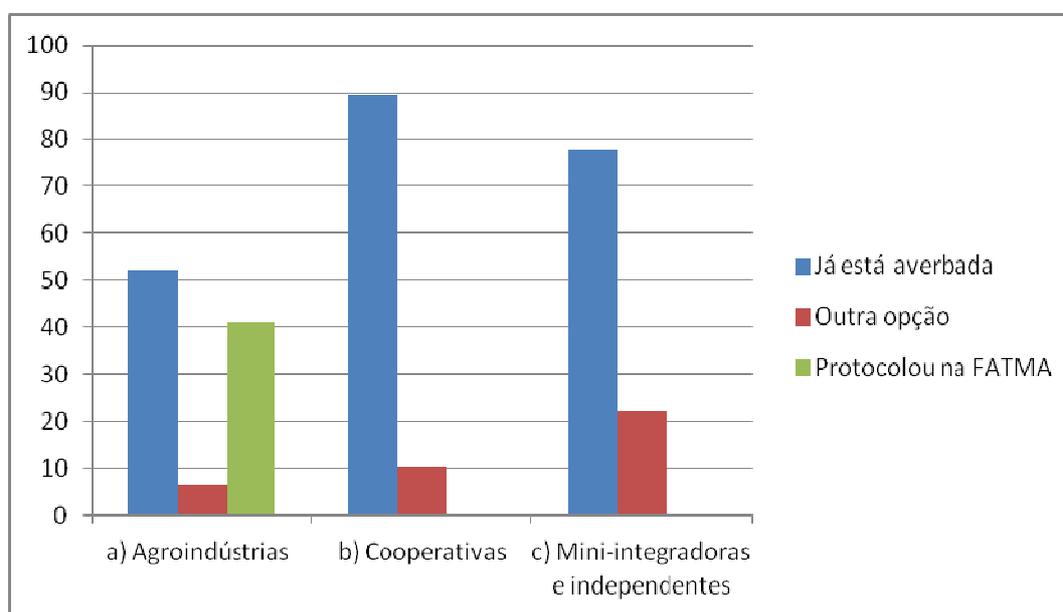


Gráfico 1. Percentual de averbação da reserva legal pelos produtores.

Fonte: dados da pesquisa

No gráfico percebe-se que, a partir das respostas válidas, nas três categorias representativas, mais de 50% dos produtores já tem a reserva legal averbada. O processo de averbação da reserva legal é lento, pois o órgão competente tem pouca disponibilidade de pessoal, e há licenças de outros sistemas de produção a serem feitas. Por isso, muitos produtores das grandes agroindústrias, que são em maior número, tem o pedido protocolado na Fundação do Meio Ambiente (FATMA), em processo de andamento.

b) Recomposição da mata ciliar

Os produtores que assinaram o TAC devem fazer a recomposição da Área de Preservação Permanente (APP)/Mata Ciliar em suas propriedades, de acordo com as especificações estabelecidas no termo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004).

No Gráfico 2 é indicado como está o andamento do processo de recomposição da mata ciliar pelos produtores. Neste item, todos os produtores das agroindústrias, mini-



integradoras e independentes responderam, entretanto, somente 73% dos produtores que produzem para as cooperativas deram resposta válida.

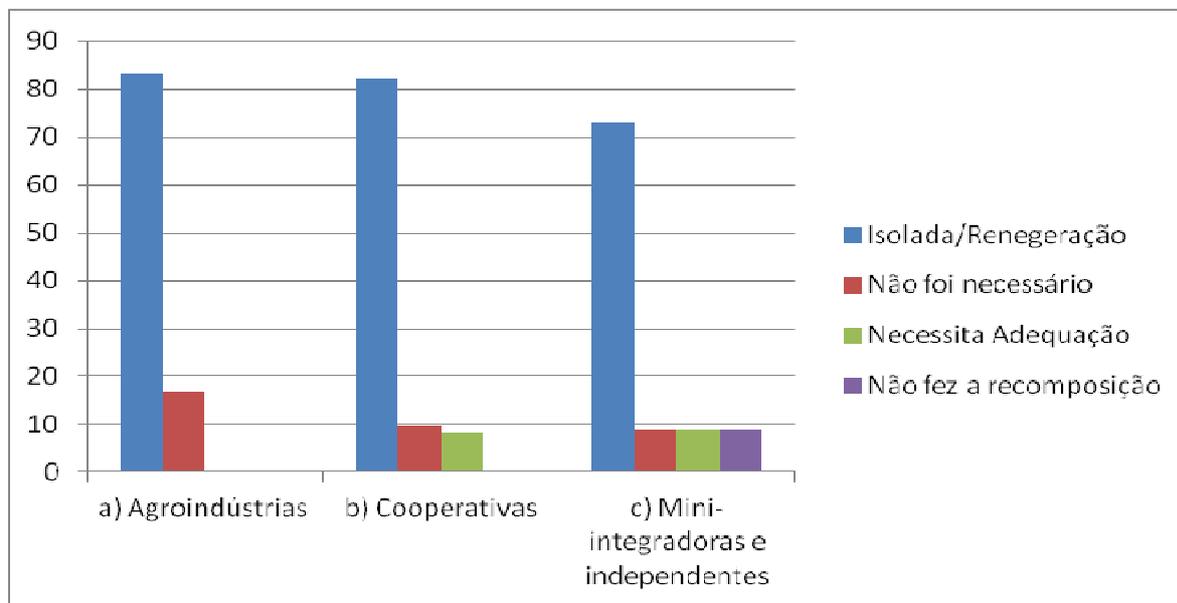


Gráfico 2. Percentual de recomposição da mata ciliar pelos produtores.

Fonte: dados da pesquisa

A respeito da recuperação da mata ciliar nas propriedades, mais de 70% dos produtores das três categorias já estão com a mata ciliar isolada e em processo de regeneração. Alguns suinocultores já tinham esse quesito atendido, portanto não foi necessária a adequação.

Os produtores ainda foram questionados sobre as orientações técnicas a respeito da implantação da área de mata ciliar, e a grande maioria destacou que foram feitas visitas por técnicos responsáveis nas propriedades para orientação a respeito da recomposição da mata ciliar. Tanto nas visitas, quanto nos dias de campo, é ressaltada a importância da recuperação da mata ciliar pelos produtores, pois a mesma ajuda na proteção de rios e cursos d' água e mantém a biodiversidade.

c) Destino dos dejetos pelos suinocultores

As respostas válidas dos produtores das agroindústrias, cooperativas e mini-integradoras e independentes foram, respectivamente, 94,45%, 82,14% e 95,65%, ou seja, nem todos os produtores responderam a este item.

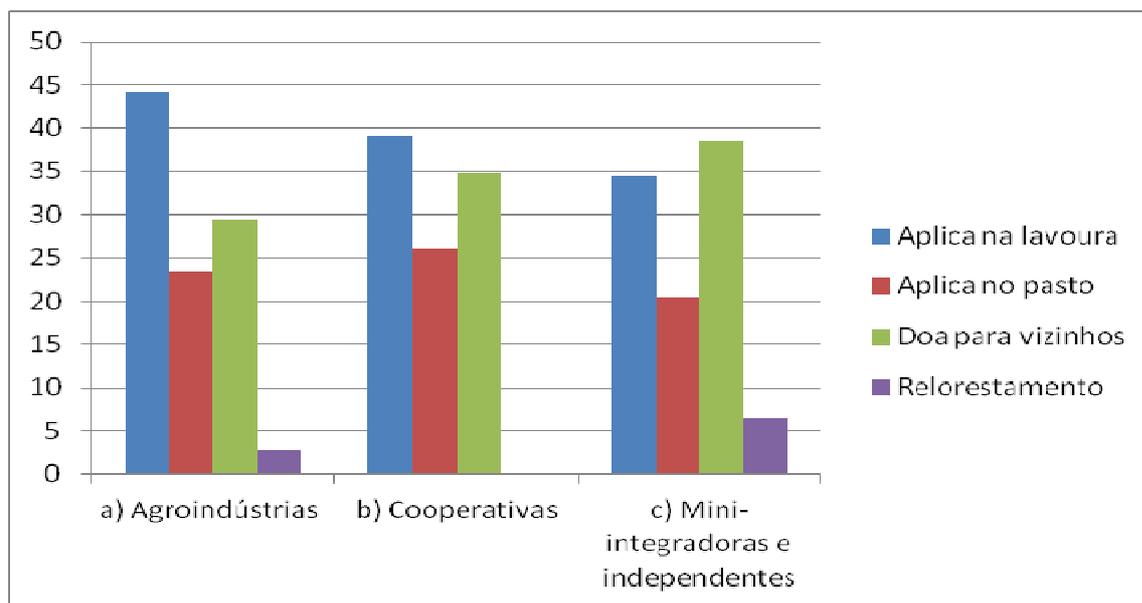


Gráfico 3. Percentual de destino dos dejetos pelos suinocultores.

Fonte: dados da pesquisa

A partir dos dados acima, percebe-se que a grande maioria dos suinocultores aplica os dejetos na lavoura e/ou no pasto. Cabe ressaltar que alguns dos entrevistados citaram mais de uma alternativa. Nessa região, principalmente pelas pequenas áreas onde estão localizadas as propriedades suinícolas, muitos suinocultores fazem “parceria de dejetos”, ou seja, se reúnem com os demais vizinhos e arrendam uma área para destinar os dejetos de suínos.

d) Perspectivas futuras dos suinocultores

Todos os produtores das mini-integradoras e independentes deram respostas válidas e 94,44%, dos produtores das agroindústrias. Novamente os produtores das cooperativas com índice de 60% foram os que menos responderam a este item.

Os produtores que firmaram o acordo do TAC mostram que as perspectivas futuras em relação à criação de suínos nos próximos cinco anos são diversas (Gráfico 4).

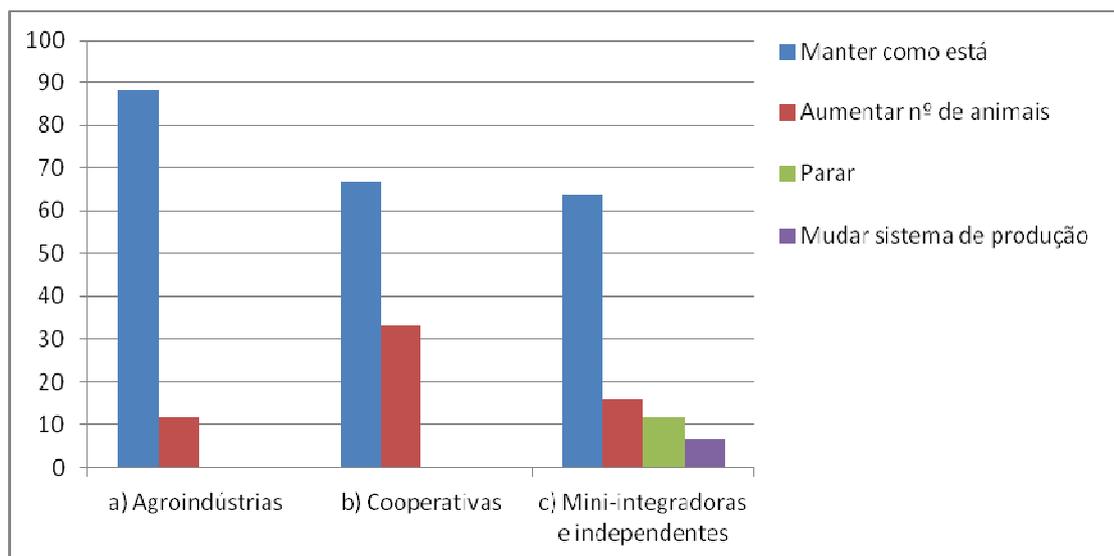


Gráfico 4. Percentual de perspectivas futuras dos produtores.

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que as adequações que precisam ser feitas na propriedade a respeito da legislação ambiental vigente motivam muitos suinocultores a manter a produção como está no momento. Existem muitas propriedades antigas e com problemas de inadequação, mas os produtores não estão interessados em construir instalações novas. Assim, aproveitam o prazo de vigência do TAC para continuarem produzindo, embora não tenham perspectivas de permanecerem na atividade. Nesse sentido, o TAC está servindo como uma espécie de prorrogação do prazo, no qual os suinocultores estão aproveitando para fazer a depreciação máxima das instalações.

O TAC preocupou-se em assegurar que mesmo se os suinocultores não tivessem condições de atender integralmente as normas exigidas para a obtenção da licença ambiental, poderiam continuar produzindo, desde que não representassem riscos evidentes à saúde e ao meio ambiente e em contrapartida, assumissem uma série de obrigações relacionadas à recomposição da mata ciliar, adequação das estruturas de armazenamento dos dejetos e melhoria na forma de distribuição e aproveitamento dos dejetos suínos. Além disso, as empresas integradoras deveriam fornecer a assistência técnica e viabilizar os recursos financeiros necessários para que os suinocultores pudessem cumprir tais obrigações (MIRANDA, MORO, 2010).

Os produtores que firmaram acordo no TAC têm a oportunidade de participar de dias de campo que tratam de assuntos pertinentes à suinocultura. Cerca de 65% dos produtores que aderiram do TAC participa dos dias de campo e acredita que é importante para sanar as dúvidas a respeito da produção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura auxiliou os produtores no processo de adequação de suas propriedades, através dos melhores prazos que favorece aos mesmos para a adequação à legislação. Os produtores entrevistados mostram que estão



conseguindo se adequar à legislação ambiental, e apesar de algumas dificuldades, pretendem cumprir os compromissos firmados no TAC.

Tanto os suinocultores independentes, integrados ou cooperados percebem a importância da adequação à legislação ambiental para continuarem produzindo. Outro aspecto importante, conforme os produtores entrevistados são as informações repassadas aos produtores pelas instituições elaboradoras do TAC e pelas próprias empresas/cooperativas onde os produtores são vinculados, onde os mesmos são conscientizados a respeito das melhorias a serem feitas na propriedade para a adequação à legislação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS. **Relatório Anual - 2009**. Concórdia-SC, 2009. Disponível em: <<http://www.accs.org.br/index.php?id=7>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

COMITÊ REGIONAL DA SUINOCULTURA DA REGIÃO DA AMAUC/CONSÓRCIO LAMBARI. **Adequação Ambiental da Suinocultura da Região da AMAUC**. 17º Prêmio Expressão de Ecologia, E. Expressão, 2009.

EMBRAPA SUÍNOS E AVES. **Diagnóstico das propriedades suínícolas da área de abrangência do Consórcio Lambari, SC: relatório preliminar**. Concórdia, 2003. 33 p. Embrapa Suínos e Aves. Documentos, 84.

GUIVANT, J. **Suinocultura e Poluição no Oeste de Santa Catarina: Os Desafios de Implementar uma Política Ambiental**. Raízes, Ano XVII, Nº 16, 1998.

GUIVANT, J. S.; MIRANDA, C. **As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.16, n.3, set./dez. 1999. p. 85-128.

LINDNER, E. A. **Diagnóstico da suinocultura e avicultura em Santa Catarina**. Florianópolis: FIESC-IEL, 1999 1 CD -ROM.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Termo de compromisso de Ajustamento de Condutas/Programa Amauc – Consórcio Lambari**, 2004. Disponível em: <<http://www.accs.org.br/2008/tac.php>> Acesso em: 22 mar. 2012.

MIRANDA, C. R. de; MORO, E. J; **Produção Animal e Meio Ambiente: O Caso do TAC da Suinocultura em Santa Catarina**. In: V Encontro Nacional da Anppas 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis – SC – Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-104-843-20100903224820.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2012

SEGANFREDO, M.A. **Os dejetos de suínos são um fertilizante ou um poluente do solo?** Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: EMBRAPA,1999. p.129-137.